



075  
C

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0199854-3/01

COMARCA: Recife ✓

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: José Roberto Alves da Costa

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

5470

**EMENTA:** RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. 1. A irresignação não trouxe nenhum elemento concreto que pudesse por em dúvida a necessidade premente de utilização do medicamento em tela, por parte do paciente José Roberto Alves da Costa, ora agravado. 2. A circunstância de a medicação não constar da lista-padrão do SUS é irrelevante, visto que não cabe à autoridade administrativa limitar o alcance de dispositivo constitucional. 3. A matéria é pacífica em todos os Tribunais, ensejando a aplicação do art. 557, *caput*, do CPC. 4. Recurso de Agravo improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0199854-3/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 17 de dezembro de 2009 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



076  
C

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0199854-3/01  
COMARCA: Recife  
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco  
AGRAVADO: José Roberto Alves da Costa  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto em face de decisão terminativa monocrática pela qual esta Relatoria negou provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, mantendo, por conseguinte, a sentença de primeiro grau que condenou o Estado de Pernambuco a fornecer ao autor, ora agravado, o medicamento ISENTRESS/RATELGRAVIR 400 MG para o tratamento da imunodeficiência adquirida (HIV), na forma e mediante apresentação de requisições médicas.

Em suas razões, argúi o agravante que a questão de fundo (fornecimento de medicamento não constante de lista oficial) ainda estaria submetida ao crivo do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo que necessitariam as partes postular ao judiciário o fornecimento de tais medicações.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta Egrêgia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0199854-3/01  
COMARCA: Recife  
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco  
AGRAVADO: José Roberto Alves da Costa  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**VOTO**

Eis o teor da decisão que se pretende reformar:

*"Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da **Ação Ordinária** nº 001.2008.037277-6, que julgou procedente o pedido, nos seguintes termos:*

*"Assim, julgo procedente o pedido, confirmando a antecipação da tutela, no sentido de determinar ao réu que forneça o medicamento ISENTRESS/RATELGRAVIR 400 MG para o tratamento da imunodeficiência adquirida (HIV), na forma e mediante apresentação de requisições médicas."*

*Irresignado com o deferimento da antecipação de tutela, o Estado de Pernambuco aforou Agravo de Instrumento (nº 0177525-3), ao qual se negou seguimento, vindo a ser remetido ao juízo de origem em 28/07/2009, conforme se depreende de consulta efetuada ao sítio de acompanhamento processual deste Tribunal (sistema JUDWIN).*

*Na via ordinária, o autor/apelado, portador de patologia imunológica (CID B24), sustenta que a medicação até então utilizada não estaria mais surtindo efeito em decorrência da utilização prolongada e da notória mutabilidade do vírus (falência terapêutica), razão pela qual pugna pelo fornecimento do medicamento ISENTRESS/RATELGRAVIR 400 MG (01 caixa - 01 comprimido de 12/12 horas) e bem assim pela garantia de que o respectivo fornecimento seja mantido enquanto dele necessitar, com base em prescrição médica (fls.15/16), subscrita pela Dra. Izabel Guimarães (CRM 7507), do Hospital Correia Picanço.*

*Assevera a necessidade do referido medicamento por se tratar de inibidor de protease, que, associado a outras drogas, detém a replicação viral.*

*Nesse panorama, o autor/apelado aponta como fundamentos da responsabilidade para com a saúde as prescrições constitucionais constantes do artigo 196 c/c os arts. 219 a 223 da Carta Estadual, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.*



078  
13  
C

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

O Estado interpôs o presente apelo (fls. 67/71) argumentando, em síntese: (i) que o medicamento cujo fornecimento é pleiteado pelo autor/apelado não compõe a lista de dispensação excepcional do Ministério da Saúde, elaborada com o fito de uniformizar procedimentos e preservar a economicidade e a eficiência; (ii) a violação ao princípio da separação de poderes, já que o Judiciário passa a substituir o administrador; (iii) que o art. 196 da Constituição Federal não pode ser interpretado da forma pleiteada pelo autor/apelado, ante o condicionamento orçamentário, que leva a privilegiar o todo em detrimento de particularidades, sob pena de inobservância ao princípio da igualdade; e (iv) que ante a ausência de previsão orçamentária (art. 194, § 5º da CF/88), a compra da medicação demandada, de alto custo, traria manifestos prejuízos às ações já programadas de assistência à saúde da coletividade.

Decorreu in albis o prazo para apresentação de contra-razões (fls. 73-verso).

É o essencial a relatar.

Como visto, pugna o autor/apelado pelo fornecimento, na forma prescrita pela profissional que o acompanha, da medicação ISENTRESS/RATELGRAVIR 400 MG, por não ter condições de arcar com a respectiva compra.

Anoto que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198).

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o apelado, pelo que o fornecimento do medicamento pleiteado é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.

A jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:

“É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial”.

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono os arestos seguintes:

**“PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282STF E 211STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS.**



079

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

**196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.**

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282STF e 211STJ.
2. **Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.**
3. **O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada.**
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda)."

**"RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. JULGAMENTO EXTRA E ULTRA PETITA. INOCORRÊNCIA.**

1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna.
2. Configurada a necessidade da recorrida de ver atendida a sua pretensão posto legítima e constitucionalmente garantida, uma vez assegurado o direito à saúde e, em última instância, à vida. A saúde, como de sabença, é direito de todos e dever do Estado.
3. Proposta a ação objetivando a condenação dos entes públicos ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de insuficiência renal crônica, resta inequívoca a cumulação de pedidos posto umbilicalmente interligados o tratamento e o fornecimento de medicamento. É assente que os pedidos devem ser interpretados, como manifestações de vontade, de forma a tornar o processo efetivo, o acesso à justiça amplo e justa a composição da lide. Precedentes: REsp 625329 / RJ, Ministro LUIZ FUX, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 23.08.2004; REsp 735477 / RJ, Ministra ELIANA CALMON, T2 - SEGUNDA TURMA, DJ 26.09.2006; REsp 813957 / RJ, Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 28.04.2006.
4. A decisão que ante a pretensão genérica do pedido defere tratamento com os medicamentos conseqüentes, não incide no vício in procedendo do julgamento ultra ou extra petita.
5. Recurso especial desprovido." (REsp 863240/RJ, Relator Ministro Luiz Fux)".

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:



080  
E

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

**"EMENTA:**

**PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER. - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repellido pelo**



081  
16  
C

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

*ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes."*

*Ante o exposto, e sendo certo que a pretensão do apelante está em linha de confronto com a jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o **apelo voluntário**, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil."*

A irresignação não trouxe nenhum elemento concreto que pudesse por em dúvida a necessidade premente de utilização do medicamento em tela, por parte do paciente José Roberto Alves da Costa, ora agravado.

A circunstância de a medicação não constar da lista-padrão do SUS é irrelevante, visto que não cabe à autoridade administrativa limitar o alcance de dispositivo constitucional.

De resto, a matéria é pacífica em todos os Tribunais, ensejando a aplicação do art. 557, *caput*, do CPC.

Ante o exposto, **nego provimento** a este Recurso de Agravado, mantendo a decisão guerreada, nos exatos termos em que lançada nos autos.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator